

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.365 - CE (2011/0092439-2)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**  
**ADVOGADOS : ANDRÉ DE SOUZA MELO TEIXEIRA E OUTRO(S) - PE014755 ALLAN ARAÚJO SILVA**  
**AGRAVADO : LAURO RODRIGUES BONFIM**  
**ADVOGADO : ANTÔNIO KLÊNIO MARQUES MOURA - CE008268**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial interposto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUTORIDADE COATORA. LEGITIMIDADE PASSIVA. INFRAÇÃO AMBIENTAL. APREENSÃO DE VEÍCULO. LIBERAÇÃO CONDICIONADA A PAGAMENTO DE MULTA. IMPOSSIBILIDADE. -1: É parte legítima, para figurar no pólo passivo do mandado de segurança a autoridade que executa e que pode desconstituir o ato impugnado. Irrelevância do autor interpor a segurança em face do Diretor de Fiscalização e Controle do IBAMA e a autarquia sustentar ser seu Gerente Executivo a autoridade a ser apontada; 2. É ilegal a apreensão de veículo como meio coercitivo de cobrança de multa, ainda que legítima, sendo certo que a Fazenda Pública dispõe de meios hábeis para cobrança de seus créditos. A retenção somente se justifica em casos onde a posse em si do veículo constitui crime, o que não é a hipótese dos, autos, onde a apreensão ocorreu ao fundamento de que o veículo de propriedade do impetrante estaria sendo utilizado em transporte irregular de madeira; 3. Apelação e remessa oficial improvidas.

Os embargos de declaração foram rejeitados. No recurso especial, alega o recorrente aponta ofensa aos arts. 46, parágrafo único, e 72, IV, da Lei 9.605/1998, 2º do Decreto 3.179/1999, 118 do Código Penal. Para tanto, apresenta os seguintes argumentos: (i) sua atuação foi legítima e amparada na legislação, que determina a apreensão e o perdimento de instrumentos empregados na prática de crimes contra o meio ambiente; (ii) a restituição de instrumentos do crime apreendidos é regulada pelo Código de Processo Penal e se deve dar através de incidente de restituição de coisas apreendidas, sendo o assunto regulado pelo artigo 118 do CPP; e (iii) é incabível e processualmente inadequado, portanto, o uso da ação de mandado de segurança com o propósito de se obter a devolução do veículo apreendido. Subsidiariamente, aponta ofensa ao art. 535 do CPC/1973. Sem contrarrazões (fl. 176-e).

Autos remetidos a esta Corte e distribuídos a esta Relatoria em 4/5/2011. O Ministério Público Federal, em seu parecer, opina pelo conhecimento parcial e, nessa extensão, pelo desprovisionamento do recurso especial. Autos devolvidos à Corte de origem para os fins do art. 543-C do CPC/1973, pois pendente de julgamento o Recurso Especial Repetitivo 1.133.965/BA.

Após o julgamento do repetitivo, a Vice-Presidência do Tribunal de origem

# Superior Tribunal de Justiça

inadmitiu o recurso especial na parte em que apontada violação ao art. 535 do CPC/1973; e, quanto ao mais, determinou o retorno dos autos ao órgão julgador para os fins do art. 1.040, II, do CPC/2015.

Recusada a retratação, o IBAMA agravou da decisão de fls. 249/250-e, questionando a não admissão do recurso especial na parte em que apontada violação ao art. 535 do CPC/1973.

Em resposta ao despacho de fls. 276-e, o IBAMA se manifestou no sentido de que ainda possui interesse no julgamento do agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Antes de mais nada, necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Tendo em vista o atendimento dos requisitos de admissibilidade do recurso, dou PROVIMENTO ao agravo apenas para determinar sua REAUTUAÇÃO como recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator